



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/degradacao-ambiental-planetaria/>

Degradação ambiental planetária: uma evidência que transita entre o negacionismo e o reconhecimento

Soraya Romero Villarreal¹

RESUMO: O presente ensaio propõe uma reflexão crítica sobre a postura negacionista de alguns atores políticos perante a crescente degradação ecossistêmica global. Para tal finalidade, analisa de forma contextualizada o cenário socioambiental brasileiro do período governamental em curso, sob a responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro, que tem se caracterizado por um estilo de liderança que sistemática e permanentemente injeta indiferença e até menosprezo à crise ambiental em curso. Serve-se como pano de fundo dos aportes da Teoria Crítica nascida no seio do direito e da filosofia nos anos 1990, baseada no reconhecimento das diversas demandas coletivas como via alternativa de justiça social, numa ação contrária à apatia ou desinteresse, recolhendo, assim, para enriquecimento do debate, algumas das contribuições dos filósofos Axel Honnet e Ana Fascioli. São identificadas algumas interfaces entre o projeto político vigente brasileiro, as narrativas que o sustentam e elementos da realidade vivenciada na gestão pública local e internacional de cunho ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Negacionismo. Meio ambiente. Reconhecimento.

*Planetary Environmental Degradation:
evidence that transits between denial and recognition.*

ABSTRACT: This essay proposes a critical reflection on the denialism stance of some political actors towards the growing and evident degradation of the global ecosystem. Therefore, it contextualizes the Brazilian socio-environmental context of the current government period, under the responsibility of President Jair Bolsonaro, who, according to the author, has been characterized by a leadership style that systematically and permanently injects indifference and even contempt for the current environmental crisis. As a background, this essay uses the contributions of the Critical Theory born within the law and philosophy in the nineties, which is based on the recognition of the various collective demands as an alternative means of social justice, contrary to apathy or disinterest, thus collecting some of the contributions of the philosophers' Axel Honnet and Ana

¹ Administradora pública e cientista política da Escuela Superior de Administración Pública (Bogotá-Colômbia); Mestre em meio ambiente e desenvolvimento da UFPR; discente da Faculdade de Letras da Universidade Católica Paulista. E-mail: soraya.romerov@gmail.com



Fascioli. Some interfaces are identified between the current Brazilian political project, the narratives supporting it, and the reality experienced in local and international environmental public management.

KEYWORDS: Denial. Environment. Recognition.

Dentro das tensões mais subjacentes da política encontra-se aquela que exhibe a distância entre o agora e a utopia, entre o dever ser e o presente vivido. Na teoria, todo discurso deveria ser amparado em algo concreto – discursos vazios costumam não se sustentar no longo prazo. Mas, o que fazer quando, em um momento específico, eles parecem se alastrar na esfera pública? Ou, ao menos, ter força para construir realidades paralelas ou colocar em dúvida aquilo que é cientificamente verificável?

Um sistema de governo e as figuras políticas que o acompanham, por si mesmos, carecem de legitimidade ou, dito de outro modo, não são absolutos ou autossuficientes. Uma das faces dessa legitimidade baseia-se na avaliação rotineira sobre o papel desempenhado pelo poder público por parte dos cidadãos como um todo. Neste contexto, o poder da ação comunicativa - entendida como o exercício vivo e pulsante de emitir e receber informação, ideias, dados, sentimentos e emoções-, ainda que sendo em cada tempo e em cada sociedade de natureza dinâmica e multifatorial, aparece sempre como preponderante.

As nuances nas avaliações, opiniões e juízos expressam o nível de discernimento dos governados – mas também dos governantes-, frente à marcha dos acontecimentos num momento determinado. Os questionamentos levantados pelos cidadãos quando convertidos em atores políticos surgem a partir das demandas explícitas ou tácitas que giram em torno de vários elementos, que podem ser: o estilo de liderança dos políticos, os temas relevantes nesse espaço/tempo, a percepção sobre a solidez ou não da democracia e até da gestão pública, o ideário de sociedade e bem-estar comum, entre outros.

Estes mesmos elementos influenciam, é claro, a ação dos governantes. A sobrevivência e o desenvolvimento dos projetos políticos e de seus executores – ou suas personalidades em destaque -, estão inevitavelmente atrelados a este tipo de relação social e comunicativa. Esta relação, nos seus componentes ideais, deveria ser clara, no sentido de expor abertamente as



agendas de poder em curso, e respeitosa, revelando que seu âmbito de ação é o cenário público, onde convergem cidadania e democracia. Embora, o curso e o resultado desse fluxo nem sempre sejam simples de prever, já que bem podem solidificar uma liderança ou abrir espaço para novas bandeiras e projetos políticos, como pode configurar um quadro de repúdio e intolerância, limitando inclusive a presença estatal em alguns ambientes ou dimensões sociais.

É válido neste ponto salientar que, ainda que o produto final dessa relação social e comunicativa seja considerada como positiva ou não para x ou y setor, ator ou tema em questão, o certo é que ela não acontece fora dos contornos do Estado. É preciso, portanto, lembrar que, no caso do Estado moderno, são a proteção, a provisão dos bens públicos e a promoção do desenvolvimento social, alguns dos aspectos fundamentais que delimitam seus contornos. Deste ente com caráter superior, que, no caso do Brasil, congrega uma população e delimita um território, espera-se não só que resguarde deveres e direitos, mas que manifeste nas suas expressões e materialize nas suas ações um senso supremo de responsabilidade.

Uma responsabilidade que longe de ser abstrata, vai muito além das interpretações que possa suscitar desde o ponto de vista jurídico ou sociológico, deixando em aberto o conhecimento – neste caso de quem exerce o poder –, dos interesses da sociedade que representa; ou seja, o grau de compreensão que possui sobre as leis de desenvolvimento da história desse coletivo, mas também do mundo circundante. Vários são os instrumentos no mundo da política que têm atendido a esse chamado: a Constituição Federal de 1988 é um deles. Fruto de um esforço por dar ao Brasil, naquele momento, um olhar mais integrativo sobre o homem e a dignidade que o reveste, ela recolhe argumentos e princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem². Muitas narrativas e ideários, assim como iniciativas na forma de políticas públicas, planos e programas nas mais diversas frentes, têm sido desenvolvidos a partir desse contexto, direcionados ao cumprimento desse norte constitucional.

² A CF/88 está profundamente marcada desde o seu início pelo pensamento e aportes de Jaques Maritain, que participou como protagonista na redação da declaração dos direitos humanos. Frente a mundos tão distantes e absolutistas, como o capitalismo e o socialismo, que diluíam a figura do ser humano, a aposta na nova era democrática do Brasil nos anos 80, foi pela recolocação do homem no centro do exercício político, posicionamento que, como será discutido, ainda está longe de ter se consolidado.



Contudo, o que se constata no presente período presidencial é a instalação de uma condição de indiferença como forma de governo. Isto é notoriamente palpável no tratamento distante, superficial e até com tom depreciativo – totalmente contrário ao protocolo e à altura do mais alto cargo do Executivo –, ao redor de questões pertinentes a cenários altamente sensíveis, como a pandemia ocasionada pelo Covid-19 ou os eventos calamitosos de desmatamento e queimadas da floresta amazônica, que interferem diretamente no enfrentamento global da crise ambiental. Panorama este que carrega repercussões internacionais negativas na luta contra as mudanças climáticas, assim como fortes posicionamentos, das mais diversas origens, canalizadas por diversos meios de comunicação, contra as ações e as omissões dos governantes.

Precisamente foi este último episódio que colocou o Brasil no centro da discussão internacional diante da urgência em proteger o patrimônio ecológico do planeta e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, sem importar em que território se encontre. De forma dissonante, a minimização dos acontecimentos ambientais (mas, não apenas destes) e o olhar despreocupado do atual presidente não gera respostas à altura da emergência climática vivida por todo o planeta. Paradoxalmente, o fato de o governo atual fragilizar a fiscalização ambiental e trabalhar para a flexibilização das políticas públicas, quando o Brasil é um país com perfil altamente poluidor no cenário regional e internacional, torna a questão ambiental ainda mais uma questão prioritariamente política.

O reconhecimento do caráter transfronteiriço da questão ambiental está sendo feito por grande parte dos líderes mundiais ainda que, para alguns cientistas, que alertam sobre os efeitos da destruição desmedida há décadas, isso poderia ter ocorrido antes. Na contramão dos esforços globais, o Brasil, enquanto Estado, parece apresentar um vazio institucional em termos de respostas ou, muito pior, uma ação contra a proteção ambiental, evidenciada pela passividade na criação de instrumentos e na implementação de medidas para preservar e restaurar uma floresta emblemática, que está sendo sistematicamente condenada a desaparecer pelas queimadas e pelo desmatamento.

Negar os prejuízos socioambientais decorrentes dos crimes que acontecem na Amazônia não é apenas forjar um caminho impossível para o progresso econômico a qualquer custo, mas também recusar a ciência, recusar os direitos das minorias, em especial da infância brasileira cada vez mais



afastada de um futuro sustentável, das famílias com vocação agrícola esquecidas nos locais mais longínquos do país, dos povos indígenas, entre outros. Abdicar da compreensão do valor da natureza por si mesma é um contrassenso, ainda mais quando observada a magnitude da pegada ambiental do Brasil, em termos de sermos um dos principais emissores de CO₂ de América Latina, disputando somente com México a primeira posição neste ranking³.

Neste sentido, se analisado, todo ato político – incluídos aqueles que implicam omissão ou negação - sugere uma responsabilidade localizada entre a cúpula do poder e as esferas executoras. O foco que direciona dita ação política nasce de uma demanda, uma iniciativa, mas também da importância dada a uma evidência ou a uma urgência. O interesse por responder aos desafios práticos das sociedades contemporâneas deveria ser transversal aos direitos do cidadão e no seu núcleo, hoje mais do que nunca, à proteção do meio ambiente. Tanto um quanto outro constituem aspectos extremamente valiosos em um mundo que perde cada vez mais a confiança nas suas instituições democráticas e na sua capacidade de resguardar a vida num futuro próximo.

Para Honnet (2013), os níveis de reconhecimento ou de menosprezo - seja de uma causa, de um indivíduo ou de um tema - que uma sociedade apresenta entre seus integrantes determina a textura ou o tipo de entrelaçamento do seu tecido social. O reconhecimento, mais do que um tópico auxiliar, tem passado a ser um eixo essencial na discussão das Ciências Sociais das últimas duas décadas; relevância da qual não escapa a temática ambiental, já que afinal o enfrentamento das problemáticas ambientais da nossa era passa pela compreensão das relações sociais.

Justamente, segundo os estudos sobre Teoria Crítica de Fascioli (2018), é a partir dos anos 1990 que cresce a reflexão filosófica da justiça contemporânea, na qual autores como Axel Honnet, Nancy Fraser e Charles Taylor, para citar alguns exemplos, dão surgimento ao *Modelo Teórico do Reconhecimento*. Um novo enfoque com caráter reivindicativo, que tem contribuído como ponto de partida fundamental para movimentos sociais como os coletivos de gênero, de minorias étnicas ou sexuais, assim como para iniciativas de justiça transicional, entre tantos outros.

³ Segundo os dados da plataforma Climate Watch (2019): “Em 2016, o último ano da série histórica coberta pelo gráfico, o Brasil figura no nível mundial como o sexto maior emissor anual, mostrando a importância e a necessidade de o país adotar políticas de baixo carbono”. Nos cálculos mais atuais da plataforma, considerando os anos mais recentes, que não estão expressos em forma de gráfico ainda, o Brasil figura como o sétimo maior emissor.



Reconhecer significaria, nesta orientação, se levantar contra uma visão liberal hegemônica e ampliar o terreno do debate da vida em sociedade, saindo dos marcos de interesse e de discussão de uns poucos. Segundo Honnet (2013), o núcleo da reivindicação, desde o ponto de vista da necessidade de uma sociedade não só justa, mas também sadia, é a tomada de consciência do amplíssimo leque de interesses e problemáticas que compõem a vida do ser humano.

Nesta ordem de ideias, é inevitável não debater sobre a insuficiência de um dos modelos preestabelecidos que têm dado substrato histórico à ação estatal, qual é o da justiça distributiva ou de distribuição equitativa de recursos ou bens primários – com marcado ênfase nas políticas econômicas em detrimento da questão ambiental-, e que hoje em dia não é mais suficiente para determinar se um Estado está sendo eficiente ou não na sua gestão.

Distribuição e reconhecimento passam a ser elementos complementares e igualmente necessários, sobretudo em uma sociedade onde os conflitos e as vozes que os representam são cada vez mais inesperados e desafiadores, e onde a justiça também adquire novas escalas e tons que vão além dos mecanismos jurídicos (FASCIOLI, 2018).

Consequentemente, cada dimensão da vida em sociedade, antes de mais nada deveria contar com a garantia de ser tratada e observada de forma equitativa; ou seja, ter a mesma relevância no planejamento público, oportunidades plausíveis de acessar o orçamento estatal e contar com todos os canais possíveis de comunicação e discussão. Sendo a preservação e conservação do meio ambiente um mundo não só discursivo, mas também prático e real com identidade própria, o que se observa em países como Brasil é um tratamento diferencial em sentido negativo, que o posiciona quase como um paradigma excludente e não transversal no contexto da política e da gestão pública.

Apesar de o último informe do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC, divulgado neste ano 2021, ressaltar a gravidade da crise climática e demonstrar que já sentimos seus impactos, há quem prefira acreditar que não é possível alterar o modo de vida conquistado e nem abrir mão de alcançar o que países ditos desenvolvidos já alcançaram às custas da colonização. Parece preferível pensar que tudo se resume a alarmismos dos cientistas, dos



ambientalistas, dos jornalistas, etc.⁴, ou que a humanidade encontrará uma saída pela via da ciência e da tecnologia para resolver o problema do que considerar que realmente seremos afetados por extremos climáticos, escassez de água, epidemias, perdas nas safras e uma vasta lista de danos que já estão tornando nossas vidas mais complexas.

O negacionismo climático não é uma novidade, muito pelo contrário, um claro exemplo na história recente, é o forte apoio da indústria dos combustíveis fósseis nos Estados Unidos ao que eles denominam a “guerra contra o aquecimento global”⁵. Foi precisamente durante o governo de Donald Trump que dito mecanismo foi amplamente espalhado, chegando ao ponto do governo americano se retirar do Acordo de Paris - tratado direcionado para enfrentar a crise climática global no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudanças Climáticas. Bolsonaro, nos passos de Trump, beneficia-se com a circulação de desinformação para semear dúvidas na opinião dos cidadãos e seguir com seu plano econômico de cunho basicamente extrativista.

A importância de se debater essa situação diz respeito ao fato de que enquanto circularem mensagens opostas, confusas ou divisoras, o público não especialista no assunto tenderá à passividade, esperando para fazer qualquer mudança que esteja ao seu alcance. Essa disputa de narrativas sobre a realidade climática, amplificada com a polarização política, tende a atrasar o apoio e a reivindicação por ações imediatas, que poderiam afetar o nosso modelo econômico atual, baseado na utilização de combustíveis fósseis. É preciso se perguntar: quem promove o desinteresse e até a ausência da problemática ambiental na esfera pública?

⁴ Recuero e Soares (2020), em estudo sobre as queimadas no Pantanal, apontam que, mesmo sem comprovações, foram verificadas narrativas para culpar movimentos sociais e indígenas ou ainda distorcer as informações e alegar que a imprensa é responsável por aumentar a gravidade dos fatos ambientais. Negar a realidade tornou-se mais fácil com a propagação das redes sociais, já que as informações não passam por um filtro de checagem, como ocorre com os conteúdos jornalísticos.

⁵ Um caso bastante conhecido é o financiamento feito pela indústria de combustíveis fósseis nos EUA para fomentar estudos científicos que sustentassem os seus interesses, atacando e minimizando a credibilidade dos resultados de pesquisas revisadas por pares, nas quais a ligação entre o aquecimento global e o uso de energias não renováveis era constatada, com o objetivo de suscitar a dúvida nos cidadãos (Banerjee, 2017).



O negacionismo climático aparece então como um instrumento sub-reptício de construção de políticas públicas de corte socioambiental. Ele serve como estratégia para seguir adiante com planos de desregulamentação das leis ambientais, como ocorreu no país quando foi reformado o Código Florestal, e mais recentemente, no fraco comprometimento do Brasil na Conferência das Partes realizada em Madri, a COP-25. Aqueles que defendem iniciativas econômicas liberais e consideram a legislação um entrave ao desenvolvimento econômico utilizam essa retórica para confundir a opinião pública. Logo, negar o colapso ambiental torna-se o primeiro escudo daqueles que lucram com as causas do problema climático.

Porém, a discussão é muito mais profunda e atravessa o campo das experiências e visões de mundo. O negacionismo se expande quando articulado à ideologização política, que mistura aspectos diferentes das vidas das pessoas e os divide entre nós X eles. A maioria dos negacionistas climáticos não lucra com a emissão de gases de efeito estufa, mas está enredado em um regime discursivo que associa o debate ambiental a um grupo diferente do dele (pode ser de intelectuais, de uma elite econômica ou de defesa de algo que, de fato, nunca foi usufruído). Essa construção discursiva é alimentada com conspirações, de todas as ordens, que mascaram tomadas de decisão que vão contra a preservação da natureza.

O eixo central da presente discussão é a temática ambiental, embora, é evidente que a falta de reconhecimento de eventos tangíveis e palpáveis, inclusive medíveis desde o ponto de vista econométrico ou estatístico é uma constante em muitos cantos do planeta, abrangendo situações tão diversas que podem ir desde o tráfico de armas, a precarização do trabalhador contemporâneo, até a homofobia ou o uso massivo das inteligências artificiais. Contudo, não é necessário ir muito longe para inferir que é o tempo o grande inimigo do negacionismo. Seja qual for a situação problemática a que se faz referência, quando colocada sob o prisma do negacionismo, com o transcorrer do tempo ela tende a se tornar mais desafiadora e não a desaparecer.

Eventualmente, estilos de liderança com dita postura são em muitas ocasiões dissimuladamente permitidos e até alimentados não só localmente mas também no cenário internacional, cuja temática socioambiental apesar da proliferação de variados tratados e convênios, ainda está em seus primórdios, quando se trata de reconhecimento jurídico transfronteiriço e de punição na



forma de sanções econômicas. A ausência de uma estrutura de direito ambiental internacional firmemente reconhecida, vinculante e operacional, que consiga superar seus conteúdos fortemente axiológicos, faz com que não poucos líderes mundiais continuem transitando numa direção oposta ao bem-estar dos seus congêneres e do planeta.

Parar de negar e dar um passo rumo ao reconhecimento implica muito mais que narrativas ou atos simbólicos. É preciso promover estratégias de solidariedade, de respeito, de precaução ou de proteção, coerentes aos marcos do Estado de direito, com uma amarração normativa, clara e sustentável. Embora, para que isso aconteça, a motivação deva estar bem definida - discursos vazios nos encontros internacionais, à procura de captar recursos de assistência e cooperação, não são muito condizentes com a tolerância no avanço das queimadas, com o desmatamento massivo, ou a promoção das monoculturas, todos eles fatos que minimizam nossa capacidade de sobrevivência no planeta.

A luz no final do túnel, por mais clichê que pareça, ainda pode ser a imensa e criativa força que habita o humano. Não podemos esquecer que, se o Estado é composto por uma sociedade multidimensional, dinâmica e vibrante, sempre existirão novas possibilidades, ainda que pequenas, através dos esforços políticos. Criar oportunidades endógenas de desenvolvimento e projetar vias alternativas para uma sustentabilidade razoável e realista, assim como espaços para nos pensar a nós mesmos, resultará na capacidade de produzir não só novos entendimentos no plano teórico, mas também atuações e práticas que protejam as qualidades e potencialidades desse novo mundo no qual estamos, e desse novo sujeito que hoje em dia somos, merecedor do direito de evoluir como espécie lado a lado com o meio ambiente natural.

Recebido em: 20/11/2021

Aceito em: 10/12/2021

Bibliografia

BANERJEE, N. How Big Oil Lost Control of Its Climate Misinformation Machine. **Inside Climate News Politics & Policy**. New York: Dezembro 22, 2017. Disponível em:



Revista ClimaCom, Diante dos Negacionismos | pesquisa – ensaios | ano 8, no. 21, 2021

<https://insideclimateneews.org/news/22122017/big-oil-heartland-climate-ciencemisinformation-campaign-koch-api-trump-infographic/> Acesso em: 15 de nov. 2021.

FASCIOLI, A. Potencial y Limites de la Justicia como Reconocimiento. Una Mirada Crítica a la Obra de Axel Honnet. In: **Axel Honnet: Reconocimiento, Herida Moral y Teoría Crítica** (Spanish Edition). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá: Sello Editorial Javeriano: 2018.

HONNETH, A. El entramado de la Justicia. Sobre los límites del procedimentalismo contemporáneo. In: **Perspectivas Críticas de la Justicia Social**. Pereira G. (Editor), p. 11-28., Porto Alegre: Evangraf, 2013.

RECUERO, R.; SOARES F. Desinformação e Meio Ambiente: O caso das Queimadas no Pantanal Brasileiro. In: **Journal and Digital Media and Interaction**. Universidade de Aveiro. Aveiro. v. 3, n. 8. p. 64-80, 2020. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/jdmi/article/view/21243> Acesso em: 19 de nov. 2021.

CLIMATE WATCH. Os países que mais emitiram gases de efeito estufa nos últimos 165 anos. **Greenhouse Gas Emissions and Emissions Targets**. 2019. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/04/ranking-paises-que-mais-emitem-carbono-gases-de-efeito-estufa-aquecimento-global> Acesso em: 16 de set. 2021.